

Ambições nucleares no Médio Oriente: o Irão

É ilusório pensar que a ambição nuclear do Irão poderia ser parada com a eleição (cosmética) de um presidente iraniano moderado, ou que se trata de um caso único não replicável por outros.

José Pedro Teixeira Fernandes, *Público*, 18 de Junho de 2021

1. Desde o surgimento da arma atómica em 1945, como a mais poderosa e destrutiva alguma vez inventada pela humanidade, que as suas implicações militares, políticas e estratégicas são enormes. Apesar dos seus efeitos potencialmente devastadores para o ser humano e o planeta serem bem conhecidos, continua a ser vista como um instrumento de poder e de prestígio muito ambicionado. Atrai diversos Estados no mundo que não a têm, mas ambicionam dispor futuramente dela. Até agora, entre as potências que chegaram a um patamar efectivo nuclear-militar, nenhuma recuou abdicando do seu armamento nuclear. Houve casos de abandono voluntário de programas nucleares que ambicionavam fins militares (África do Sul, Líbia) e de outros forçados, como o do Iraque, mas nenhum dos países em questão tinha atingido o patamar efectivo de potência nuclear-militar.

2. Indubitavelmente, a proliferação nuclear é um dos mais sérios problemas para a segurança mundial. No mundo do século XXI temos nove potências nucleares-militares. Entre estas, os EUA, a Rússia, a China, a França e o Reino Unido têm o seu estatuto reconhecido pelo Direito Internacional — o Tratado de não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), que entrou em vigor em 1970. São também estas cinco potências os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas há mais quatro Estados, a Índia, o Paquistão, Israel e a Coreia do Norte, que são potências nucleares *de facto* fora do quadro da legalidade do TNP. Têm uma característica em comum: não ambicionam a desnuclearização, mas um estatuto *de iure* similar ao das cinco potências nucleares que são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

3. É bastante instrutivo olhar para este último grupo e para as motivações políticas e estratégias desses Estados para se tornarem potências nucleares, cada um à sua maneira. Em todos esses casos, as motivações políticas e estratégicas radicam na experiência de conflitos de que datam do final dos anos 1940 e inícios da década de 1950. A partição da Palestina em 1947/1948 e o conflito Israelo-árabe, no caso de Israel. A partição da Índia colonial britânica em 1947 e o conflito entre a Índia e o Paquistão sobre Caxemira. A guerra da Coreia de inícios dos anos 1950 que levou à partição da península coreana entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul em 1953. A profunda hostilidade e sentimentos de insegurança que se enraizaram entre as partes beligerantes em tais conflitos estão na origem da vontade de dispor de armamento nuclear. Todavia, nenhum desses Estados, só por si, tinha meios — e sobretudo tecnologia — para se transformar em potência nuclear-militar sem a ajuda do mundo

exterior. Sem negligenciar os particularismos de cada caso, é de notar aqui que nenhum chegou a potência nuclear apenas porque outra grande potência amiga, com capacidade nuclear, lhe deu (todas) as condições para esse efeito. O caminho para o nuclear sempre envolveu um jogo mais complexo, tortuoso e multifacetado.

4. Nesta altura, onde há mais ambições de chegar a potência nuclear-militar é no Médio Oriente, sendo o caso mais crítico o Irão. Compreensivelmente, há grande expectativa em torno do possível regresso dos EUA ao acordo efectuado em 2015, o *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA). Em teoria, se esse regresso for bem-sucedido, permitirá travar o programa nuclear iraniano para fins militares prosseguindo apenas para fins civis. Em troca, o Irão obtém o levantamento de sanções que beneficiarão muito o país em termos económicos, desde logo devido ao fim das sanções aplicadas pelos EUA a empresas de outros Estados que efectuem negócios com o Irão. A estratégia do actual governo norte-americano, tal como a podemos inferir pelas posições até agora assumidas e nas recentes reuniões do G7 e da NATO, parece bem delineada. Passa por solucionar o nuclear iraniano — um problema do Médio Oriente, região que tem perdido importância estratégica pelas enormes transformações do mapa mundial da energia — para se concentrar nas questões estratégicas globais de primeira grandeza, que estão na China e no Indo-Pacífico. Todavia, dificilmente resultará, desde logo porque as guerras na sombra entre Israel e o Irão e a Arabia Saudita e o Irão, provavelmente vão prosseguir. Mas existem outros obstáculos.

5. Mesmo num cenário de sucesso negocial, onde os EUA voltam ao JCPOA, o Irão poderá ser tentado a ultrapassar os limites do mesmo jogando com as ambiguidades de um texto que é complexo e susceptível de várias interpretações — ou então prosseguindo actividades nucleares ocultas. A manobra pode fazer sentido estratégico não só porque nada garante ao Irão que um futuro governo republicano dos EUA não reverte de novo o acordo, como pela fragilidade em que deixará o governo de Joe Biden. Nesse cenário, se os EUA não reagirem o Irão continuará a avançar para um poder nuclear-militar. Todavia, se reagirem adoptando uma linha política dura, Joe Biden dará razão aos republicanos e a Donald Trump, com a agravante de o Irão estar (ainda) mais perto de ser potência nuclear-militar. A perda do Irão em 1979, um aliado nos tempos do Xá Reza Pahlavi — e, pior ainda, o episódio dos reféns da embaixada de Teerão —, foram enormes falhanços da política externa de Jimmy Carter que continuam a ensombrar os governos democratas.

6. É ilusório pensar que a ambição nuclear do Irão poderia ser parada com a eleição (cosmética) de um presidente iraniano moderado, ou que se trata de um caso único não replicável por outros. Mesmo isolando o Irão do resto do Médio Oriente — o que é um desligar artificial da realidade — é possível mostrar a dimensão do problema. O acordo de 2015 contém diversas medidas temporárias (*sunset clauses*), não contendo um compromisso de abandono definitivo do programa nuclear iraniano. Ainda que seja respeitado, está concebido como um adiamento (um ganhar de tempo) e ninguém pode garantir que resultará no abandono das pretensões nucleares-militares. Ao fazer

do regresso ao acordo nuclear com o Irão uma linha maior da sua política externa, o governo de Joe Biden apostou demasiada da sua credibilidade nesse sucesso. Face à enorme dificuldade do caso, é provável que a política norte-americana para evitar a proliferação nuclear no Médio Oriente, quer a de democratas, quer a de republicanos, acabe mais à frente num falhanço similar ao da Coreia do Norte.

7. A agravar o problema há um perigoso (e subestimado) efeito colateral do JCPOA que nenhum dos signatários controla. Tal como já foi explicado, o acordo contém diversas medidas temporárias numa lógica transaccional — o Irão congela o seu programa nuclear e recebe as vantagens do levantamento das sanções económicas e políticas. Ora, tais vantagens não teriam sido possíveis se o Irão não tivesse anteriormente um programa clandestino. Paradoxalmente, o JCPOA aponta um caminho que não é nada tranquilizador para o futuro da não-proliferação nuclear. Quem estiver determinado a prosseguir uma estratégia de risco similar, jogando na subversão calculada da legalidade internacional (e há vários no Médio Oriente e resto do mundo) tira outra ilação: é premiado o risco de um programa nuclear clandestino, ou para obter capacidade militar-nuclear, ou para extorquir concessões. Para além de um provável futuro Irão nuclear, será uma questão de tempo até vermos outros replicar a estratégia iraniana.

<https://www.publico.pt/2021/06/18/mundo/analise/ambicoes-nucleares-medio-oriente-irao-1966917>